

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA À 3ª EDIÇÃO	VII
NOTA PRÉVIA À 1ª EDIÇÃO	IX
PLANO DA OBRA	XI
ABREVIATURAS	XIII
BIBLIOGRAFIA GERAL BÁSICA	XVII
MODO DE CITAÇÃO E INDICAÇÕES ÚTEIS	XXI

INTRODUÇÃO	1
------------	---

1. Âmbito e alcance da disciplina; o Direito e o Mercado	1
1.1. Razão de ser e breve conspecto sobre o livro	1
1.2. Sentido e utilidade das disciplinas jurídicas na formação de gestores e economistas	3
1.3. Aproximação a uma noção de Direito Empresarial	4
1.3.1. Antecedentes históricos	5
1.3.2. O Direito Comercial e a afirmação da empresa	6
1.3.3. A intervenção do Estado na economia e o aparecimento do Direito Económico	7
1.4. A fusão de conceitos no novo ramo do Direito do Mercado	7
1.4.1. O mercado: conceito e evolução	7
1.4.2. O Direito Económico e Empresarial e os efeitos da crise global; crítica do conceito	8

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO AO DIREITO	11
------------------------------------	----

2. Conceito	11
2.1. Direito objetivo e direito subjetivo	11
2.1.1. Sentidos do termo Direito	11

2.1.2. Direito objetivo	12	4.4.1. Direito Comercial	34
2.1.2.1. Conceito	12	4.4.2. Direito do Trabalho	35
2.1.2.2. Os valores enformativos; a justiça	13	4.5. Ramos do Direito Público	36
2.1.2.3. O Direito neutro; exemplos	14	4.5.1. Direito Constitucional	36
2.1.3. O Direito subjetivo; conceitos	15	4.5.2. Direito Administrativo	36
2.2. Dever jurídico e sujeição	16	4.5.3. Direito Financeiro e Direito Fiscal	37
2.3. Perspetiva esquemática do Direito objetivo: a teoria das esferas secantes	17	4.5.4. Direito Criminal ou Penal	37
		4.5.5. Direito Processual	38
3. Características do Direito	18	4.5.6. Direito Notarial e Direito Registral	39
3.1. Necessidade ou essencialidade	18	4.6. A autonomização de novos ramos do Direito	39
3.2. Sociabilidade ou exterioridade	18	4.6.1. Direito Económico	39
3.3. Coercibilidade e tutela jurídica	19	4.6.2. Direito Bancário	40
3.3.1. A coatividade	19	4.6.3. Direito de (mera) Ordenação Social	41
3.3.2. A moral	19	4.6.4. Direito do Urbanismo	41
3.3.3. Heterotutela	20	4.6.5. Direito do Ambiente	42
3.3.4. Autotutela	20	4.6.6. Direito de Autor	42
3.4. Eficácia da ordem jurídica	22	4.7. Outros ramos; o Direito do Mercado	43
		4.7.1. Ramos em crescente autonomização	43
4. Os ramos do Direito	22	4.7.2. O Direito do Mercado	45
4.1. Direito Internacional e Direito interno	22	4.7.3. As "indústrias" nos ramos do Direito	45
4.1.1. Direito Internacional Público	23	5. Norma jurídica	46
4.1.2. Direito da União Europeia	24	5.1. Conceito e características de norma jurídica	46
4.1.3. Direito Internacional Privado	25	5.1.1. Conceito	46
4.2. Direito Privado e Direito Público	26	5.1.2. Estrutura; elementos: previsão e estatuição	46
4.2.1. Diferenciação	26	5.1.3. Características	47
4.2.1.1. Critérios (absolutamente) ultrapassados	26	5.1.3.1. Generalidade	47
4.2.1.2. Critério da qualidade e posição dos sujeitos na relação jurídica	27	5.1.3.2. Abstração	47
4.2.1.3. Relevância da diferenciação	28	5.1.3.3. Imperatividade, violabilidade e coercibilidade	47
4.2.2. A crise da distinção	28	5.2. Tipos de normas	48
4.3. Direito Privado comum: Direito Civil; sub-ramos	28	5.2.1. Normas injuntivas ou cogentes	48
4.3.1. Direito das Obrigações	29	5.2.2.1. Precetivas	48
4.3.2. Direitos Reais	30	5.2.2.2. Proibitivas	48
4.3.3. Direito da Família	31	5.2.3. Normas dispositivas	49
4.3.3.1. Casamento	31	5.2.3.1. Permissivas (facultativas)	49
4.3.3.2. Filiação	32	5.2.3.2. Supletivas	49
4.3.3.3. Parentesco	32	5.2.4. Normas interpretativas	49
4.3.3.4. Afinidade	32	5.3. O problema da violação das normas; as sanções jurídicas	49
4.3.3.5. Adoção	33	5.3.1. O problema	49
4.3.4. Direito das Sucessões	33	5.3.2. Noção de sanção jurídica	50
4.3.5. Direito da Personalidade	34	5.3.3. Fins da sanção: preventivo e repressivo	50
4.4. Direito Privado especial	34	5.3.4. Espécies de sanções	50
		5.3.4.1. Sanções punitivas	50

5.3.4.2. Sanções reconstitutivas ou executórias	51
5.3.4.3. Sanções compensatórias ou ressarcitórias	51
5.3.4.4. Sanções compulsórias	51
5.3.4.5. Sanções de ineficácia; sistematização: ineficácia stricto sensu e invalidade	52
6. As fontes do Direito	53
6.1. Conceito. Fontes em sentido técnico-jurídico ou formal e fontes em sentido instrumental	53
6.2. Direito interno e fontes internacionais	53
6.2.1. Direito interno	53
6.2.2. Fontes internacionais	54
6.2.2.1. Convenções internacionais e Direito uniforme	54
6.2.2.2. Direito da União Europeia	55
6.2.2.3. <i>Lex mercatoria</i>	55
6.3. O sistema de fontes do Direito no ordenamento jurídico português	56
6.4. Fontes imediatas e fontes mediatas	57
6.5. Costume e usos comerciais (normativos)	57
6.5.1. Conceito	57
6.5.2. O costume e sua relevância no Direito continental	57
6.5.3. Confronto com os usos sociais	58
6.5.4. Os usos comerciais (normativos)	58
6.5.5. A equidade	59
6.6. A lei	59
6.6.1. Conceito adotado	59
6.6.2. Tipos ou espécies de leis	60
6.6.3. Hierarquia das leis	62
6.6.3.1. O problema	62
6.6.3.2. Subordinação dos Decretos-Leis às Leis	62
6.6.4. Dinâmica da lei	63
6.6.4.1. Caracterização. O processo legislativo: elaboração, aprovação, promulgação e publicação da lei	63
6.6.4.2. <i>A vacatio legis</i> . Entrada em vigor da lei	63
6.6.5. Cessação da vigência da lei	64
6.6.5.1. Revogação	64
6.6.5.2. Caducidade	65
6.6.5.3. Referência à repristinação	65
6.7. Jurisprudência e doutrina	65
6.7.1. Relevo e significado das decisões judiciais	65
6.7.1.1. Decisões jurisdicionais	65
6.7.1.2. Os acórdãos de uniformização de jurisprudência	66
6.7.1.3. O caso julgado	66
6.7.2. Contributo da doutrina e interpretação do Direito	67

7. A realização do Direito. Interpretação e aplicação das normas	67
7.1. A interpretação: conceito e problemática	67
7.2. Interpretação da lei em sentido amplo e em sentido restrito	68
7.3. Elementos da interpretação	68
7.3.1. Conceito	68
7.3.2. Elemento literal (ou gramatical)	69
7.3.3. Elemento sistemático	69
7.3.4. Elemento histórico	70
7.3.5. Elemento teleológico	70
7.3.6. Elemento atualista	70
7.4. Interpretação quanto ao resultado	71
7.5. As lacunas e a integração da lei	71
7.5.1. Conceito e causas das lacunas	71
7.5.2. Referência sumária ao método e regras legais de integração das lacunas	72
7.6. A aplicação da lei no tempo	72
7.6.1. O problema	72
7.6.2. As disposições transitórias	73
7.6.3. A regra transitória geral do Direito português	73
7.6.4. O princípio constitucional " <i>nullum crimen, nulla poena, sine lege</i> "	76
7.7. A aplicação da lei no espaço; <i>remissão</i>	78
8. Situação e relação jurídica; elementos	79
8.1. Conceitos	79
8.2. Pessoa jurídica e sujeito de Direito	79
8.2.1. Conceito	79
8.2.2. Personalidade jurídica	79
8.2.3. Pessoas singulares	80
8.2.4. Pessoas coletivas	80
8.2.5. A capacidade jurídica	80
8.2.6. Outros conceitos fundamentais	81
8.2.6.1. Titularidade e legitimidade	81
8.2.6.2. Esfera jurídica e património	81
8.2.7. Obrigações quanto aos sujeitos	82
8.3. O objeto dos direitos	82
8.3.1. Os bens jurídicos	82
8.3.2. As coisas	83
8.3.2.1. Noção ampla e conceito técnico	83
8.3.2.2. Coisas imóveis e coisas móveis	84
8.4. Os negócios jurídicos	84
8.4.1. Facto jurídico em sentido estrito e ato jurídico	84
8.4.2. O negócio jurídico e o contrato	85
8.4.2.1. Diferenciação	85

8.4.2.2. Requisitos de validade e eficácia dos negócios jurídicos	86	11.1. Relevância e enquadramento da matéria	107
8.4.3. Atos ilícitos e responsabilidade civil. Responsabilidade contratual e extracontratual	87	11.2. Função social e âmbito da propriedade industrial	109
8.5. A garantia	88	11.3. O regime jurídico dos direitos privativos da propriedade industrial	110
9. A publicidade e o Direito: os registos	89	11.3.1. Invenções	110
9.1. Noção e função da publicidade	89	11.3.2. Marcas	112
9.2. Os registos	89	11.3.2.1. Conceito	112
9.2.1. Registo civil	89	11.3.2.2. A revisão do conceito legal de marca	115
9.2.2. Registo predial	90	11.3.2.3. Proteção da marca; registo e tutela de facto	115
9.2.3. Registo comercial	90	11.3.3. Os (nomes de) domínios de Internet	118
9.2.3.1. A publicitação dos atos jurídico-mercantis	90	11.3.4. Outros direitos privativos da propriedade industrial	118
9.2.3.2. Âmbito e formas de registo	91	11.3.4.1. Logótipo	119
9.2.4. Outros registos	91	11.3.4.2. Recompensas	119
9.3. Outras formas de publicidade	92	11.3.4.3. Denominações de origem e indicações geográficas	119
9.3.1. Publicidade tradicional	92	11.4. Os segredos comerciais	120
9.3.2. A publicidade na Internet, em sítios específicos	92	11.5. A concorrência desleal	122
CAPÍTULO II – CONCORRÊNCIA E PROPRIEDADE INDUSTRIAL	93	11.6. O alargamento da tutela dos direitos privativos (por via internacional)	124
10. O mercado e a defesa da concorrência	93	11.6.1. A proteção dos direitos privativos no plano internacional	124
10.1. O mercado e a concorrência	93	11.6.2. A Convenção da União de Paris	124
10.2. A disciplina da concorrência: interesses envolvidos	94	11.6.3. A marca da União Europeia	125
10.3. Práticas individuais (proibidas)	95	11.6.4. Outros Acordos internacionais	125
10.4. Práticas concertadas (coletivas)	97	CAPÍTULO III – SUJEITOS DE DIREITO COMERCIAL E DO MERCADO	127
10.4.1. A lei da concorrência	97	12. O acesso à atividade comercial	127
10.4.2. Práticas concertadas (proibidas)	99	12.1. O comércio como objeto do Direito Comercial	127
10.4.3. Posição dominante abusiva	100	12.1.1. A noção de Direito Comercial e sua evolução para o Direito do Mercado	127
10.4.4. Dependência económica abusiva	100	12.1.2. Comércio em sentido económico e comércio em sentido jurídico	132
10.4.5. Auxílios públicos	101	12.1.3. O artigo 1º do Código Comercial	133
10.5. Concentração de empresas	102	12.1.4. Qualificação e regime de Direito Comercial	134
10.5.1. Relevância e implicações	102	12.2. A noção de atos de comércio e os modernos contratos comerciais	134
10.5.2. Atos relevantes de concentração	103	12.2.1. O sistema dos atos de comércio: o artigo 2º do Código Comercial. Enquadramento da questão da qualificação dos atos jurídicos mercantis	134
10.5.3. Caracterização	104	12.2.2. O conceito de comerciante: o artigo 13º, 1º, do Código Comercial	137
10.5.4. Dever de notificação prévia	105	12.3. Os atos preparatórios da atividade comercial	138
10.5.5. Proibição de concentração; exceções	105	12.3.1. O regime jurídico aplicável aos atos preparatórios da atividade mercantil	138
10.6. A defesa da concorrência	106	12.3.2. Âmbito e relevância do artigo 230º do Código Comercial	138
10.6.1. Tutela da concorrência	106	12.3.3. O artigo 230º como norma qualificadora autónoma da matéria mercantil	139
10.6.2. Processo sancionatório relativo a práticas restritivas (da concorrência)	106		
10.6.3. Contraordenações, coimas e recursos	106		
11. A propriedade industrial	107		

12.4. Atos de comércio puros e mistos; regime dos atos de comércio mistos: o artigo 99º do Código Comercial	140
12.5. Os contratos comerciais; remissão	141
13. Empresa e estabelecimento comercial	141
13.1. A empresa comercial	142
13.1.1. A empresa (em geral)	142
13.1.2. Tentativa de construção de um conceito jurídico (de empresa)	144
13.1.3. Significado do artigo 230º na construção do conceito de empresa	147
13.1.4. A relevância da empresa como sujeito do Direito (Comercial) português; o substrato empresarial das sociedades comerciais	150
13.2. O estabelecimento comercial	152
13.2.1. Conceito	152
13.2.2. Caracterização (composição)	153
13.2.2.1. Elementos corpóreos	153
13.2.2.2. Elementos incorpóreos	153
13.2.3. Natureza jurídica	154
13.2.4. Transmissão	154
13.2.4.1. Trespasse	154
13.2.4.2. Cessão de exploração	155
13.2.5. O logótipo como direito privativo de propriedade industrial	156
13.2.6. O Estabelecimento (mercantil) Individual de Responsabilidade Limitada	157
13.2.7. Empresa e estabelecimento: confronto	158
14. As pessoas singulares. O empresário individual	158
14.1. A aquisição da qualidade de comerciante (individual) e as proibições para comerciar	158
14.1.1. O conceito de comerciante: o artigo 13º, número 1 do Código Comercial	158
14.1.2. Capacidade e profissionalidade do exercício do comércio	159
14.1.3. As proibições para comerciar; caracterização	159
14.2. Os comerciantes e as empresas comerciais individuais	160
14.3. Comunhão e transmissão de empresas comerciais	161
14.3.1. Situações de comunhão	161
14.3.2. A sucessão nas empresas comerciais singulares	162
14.3.3. A antecipação da sucessão: o protocolo familiar nas empresas e nos grupos familiares	162

15. As sociedades comerciais	164
15.1. Conceito	165
15.2. Os diversos tipos de sociedades (comerciais)	166
15.2.1. O princípio da tipicidade; conteúdo	166
15.2.2. Os (quatro) tipos sociais	166
15.2.2.1. Sociedades em nome coletivo	166
15.2.2.2. Sociedades por quotas	167
15.2.2.3. Sociedades anónimas	168
15.2.2.4. Sociedades em comandita	171
15.2.3. A capitalização das sociedades comerciais	171
15.2.3.1. Razão de ser	171
15.2.3.2. Conceito de capital social	172
15.2.3.3. O capital social nos contratos de sociedade anónima e por quotas	173
15.3. A obrigação de entrada	174
15.3.1. Caracterização	174
15.3.2. Composição e montante das entradas	175
15.3.2.1. Tipos de bens	175
15.3.2.2. Valor da entrada	178
15.3.3. Diferimento das entradas em dinheiro	179
15.3.3.1. Prazos de realização do capital apenas subscrito	179
15.3.3.2. Sociedades por quotas	179
15.3.3.3. Sociedades anónimas	180
15.3.3.4. Sociedades em nome coletivo e em comandita	180
15.3.4. Realização imediata de todas as entradas em espécie	180
15.4. Capital social e património	181
15.4.1. Importância fundacional e funcional do capital social; intangibilidade e proteção dos credores	181
15.4.2. O património da sociedade	182
15.4.3. O capital social como garantia dos credores	183
15.5. As reservas	184
15.5.1. Tipos de reservas	184
15.5.2. Reservas legais	185
15.5.2.1. Reservas legais obrigatórias	185
15.5.2.2. Reservas legais especiais	186
15.5.3. Reservas livres	187
15.5.4. Reservas estatutárias, reservas ocultas e reservas de reavaliação	187
15.6. Noção de capital próprio e conceito de justo valor (<i>fair value</i>)	188
15.7. A subcapitalização das sociedades comerciais	190
15.7.1. Caracterização	190
15.7.2. Autofinanciamento e heterofinanciamento; enumeração sumária das diversas formas de superação das situações de subcapitalização	191

15.7.3. Prestações suplementares (de capital)	192	15.8.8.2. Presunção de culpa pela atuação e exclusão da responsabilidade; a <i>business judgment rule</i>	232
15.7.4. Obrigações (de prestações) acessórias	194	15.8.8.3. Ações de responsabilização da sociedade	233
15.7.4.1. Significado e caracterização	195	15.8.8.4. Responsabilidade para com os credores sociais e para com os sócios e terceiros	234
15.7.4.2. Regime jurídico	195	15.8.8.5. Responsabilidade em caso de insolvência	236
15.7.4.3. Exemplificação; os suprimentos como obrigações acessórias	197	15.8.8.6. Responsabilidade ambiental	236
15.7.5. Obrigações específicas nas sociedades por quotas	197	15.8.8.7. Responsabilidade fiscal e perante a segurança social	237
15.7.6. A necessidade de financiamento das sociedades comerciais	198	15.8.8.8. Responsabilidade criminal e contraordenacional	237
15.7.7. O contrato de suprimento	199	15.9. As formas de organização das empresas plurissocietárias	238
15.7.7.1. Caracterização	199	15.9.1. Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS)	238
15.7.7.2. Regime jurídico	202	15.9.2. Grupos de sociedades	240
15.8. A estruturação orgânica e governação de sociedades anónimas e por quotas	205	15.9.3. Diferenciação (entre SGPS e grupo de sociedades)	241
15.8.1. A orgânica societária	205	15.9.4. Grupos de sociedades em sentido jurídico e em sentido económico	242
15.8.1.1. Órgão deliberativo: a assembleia geral	206	15.10. Sociedades unipessoais	242
15.8.1.2. Órgão executivo: a administração da sociedade	206	15.11. Sociedades transnacionais	243
15.8.1.3. Órgão de controlo: a fiscalização da atividade societária	207	15.11.1. A Sociedade Anónima Europeia	243
15.8.1.4. O secretário da sociedade (nas sociedades abertas cotadas)	209	15.11.2. As sociedades falhadas: Sociedade Privada Europeia e <i>Societas Unius Personae</i> (SUP)	243
15.8.1.5. Órgãos sociais facultativos	209	16. Outras entidades personalizadas	244
15.8.2. Estrutura de gestão e fiscalização da sociedade anónima: os diferentes modelos de governação societária	209	16.1. Agrupamentos Complementares de Empresas e Agrupamentos Europeus de Interesse Económico	244
15.8.2.1. Enquadramento	209	16.1.1. Agrupamentos Complementares de Empresas	244
15.8.2.2. Modelo clássico	212	16.1.2. Agrupamentos Europeus de Interesse Económico	245
15.8.2.3. Modelo germânico	214	16.2. Cooperativas	246
15.8.2.4. Modelo anglo-saxónico	216	16.2.1. Noção	246
15.8.3. A competência do conselho de administração	218	16.2.2. Enquadramento legal	247
15.8.3.1. Gestão da sociedade	219	16.2.3. Qualificação	247
15.8.3.2. Comissão executiva e administrador delegado	220	16.3. Empresas Públicas; <i>remissão</i>	248
15.8.4. A governação da sociedade anónima aberta (<i>corporate governance</i>)	223	16.4. O recurso (impróprio) às Fundações para prosseguir fins comerciais	248
15.8.4.1. A efetividade das (novas) regras dos modelos de governação	223	17. Os consumidores	250
15.8.4.2. Origem, significado e fundamento da <i>corporate governance</i> como instituto autónomo	224	17.1. Enquadramento normativo	250
15.8.4.3. Enquadramento legal: a <i>soft law</i>	226	17.2. A tutela do consumidor e as associações de defesa do consumidor	252
15.8.5. Novas exigências da governação: ética, sustentabilidade e responsabilidade social	227	17.2.1. Noções de consumidor e de fornecedor: âmbito de aplicação da lei	252
15.8.6. O administrador de facto	228	17.2.2. Os direitos e garantias do consumidor	253
15.8.7. A gerência da sociedade por quotas	229	17.2.3. A Lei das Cláusulas Contratuais Gerais	254
15.8.8. A responsabilidade dos gestores	231	17.2.3.1. Origem e conceito de cláusulas contratuais gerais	254
15.8.8.1. Enquadramento da questão	232	17.2.3.2. A lei das cláusulas contratuais gerais	255

17.2.4. A proteção do consumidor por recurso aos princípios gerais do Direito Civil e das Obrigações	257	20.1. O registo comercial	280
17.2.5. Os contratos celebrados à distância; <i>remissão</i>	258	20.1.1. Âmbito: registo de entidades e de situações jurídico-mercantis	280
17.2.6. As associações de defesa do consumidor e o Instituto do Consumidor	258	20.1.2. Registo <i>on-line</i>	281
17.3. A publicidade: o Código da Publicidade	258	20.1.3. Certificação dos atos registados; a certidão permanente	282
18. O estatuto (próprio e) comum dos sujeitos de Direito Comercial	259	20.2. Supervisão (externa) de atividades comerciais; os reguladores	282
18.1. Razão de ser das regras aplicáveis aos intervenientes na atividade comercial	259	20.2.1. A regulação económica	282
18.2. A firma da empresa comercial	260	20.2.2. Autoridade da Concorrência e a defesa do mercado; enquadramento normativo	283
18.2.1. Noção. Sentido subjectivo	260	20.2.2.1. Criação da instituição e finalidade	283
18.2.2. Princípios caracterizadores	262	20.2.2.2. Articulação com outras entidades reguladoras	284
18.2.2.1. Princípio da verdade	262	20.2.3. O mercado de valores mobiliários: a CMVM	286
18.2.2.2. O princípio da exclusividade	263	20.2.4. Atividades financeira e seguradora: Banco de Portugal e Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões	288
18.2.3. A identificação das sociedades comerciais pela respetiva firma	264	20.3. Tribunais judiciais e recurso a tribunais arbitrais	289
18.3. Escrituração mercantil e prestação de contas	264	20.3.1. Tribunais judiciais (comuns)	289
18.3.1. Escrituração mercantil	264	20.3.2. O juízo de comércio dos tribunais judiciais	290
18.3.2. Regime específico de prova	265	20.3.3. Tribunais arbitrais (internos e internacionais)	291
18.3.3. Obrigação de dar balanço e prestação de contas	265	20.3.4. Outros meios de resolução alternativa de litígios	292
18.3.4. A Informação Empresarial Simplificada (IES)	266	21. Sector público empresarial: empresas públicas, regionais e locais	293
18.3.5. Obrigação de arquivar documentação	267	21.1. Empresas públicas	293
18.4. O arresto (preventivo)	267	21.1.1. Enquadramento	293
19. Insolvência	268	21.1.2. Noção	295
19.1. Significado e regulação: o CIRE	268	21.1.3. Natureza jurídica	296
19.2. As reações (da empresa) em situação de pré-insolvência: o PER e o RERE	271	21.1.4. Regime legal	297
19.2.1. O Processo Especial de Revitalização (PER)	271	21.2. O Estatuto de Gestor Público	298
19.2.2. O Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE)	272	21.3. Sector empresarial local	300
19.3. A situação de insolvência	273	22. As Parcerias Público-Privadas	303
19.3.1. Âmbito e ocorrência	273		
19.3.2. O dever de apresentação à insolvência	273		
19.3.3. A insolvência requerida por terceiros	275		
19.3.4. O processo de insolvência	275		
19.4. O plano de insolvência e o regresso à atividade	275		
19.5. Outras medidas de recuperação de empresas: o aumento do capital (social) por conversão de suprimentos ou de outros créditos	277		
CAPÍTULO IV – A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA	279	CAPÍTULO V – NEGÓCIOS JURÍDICO-EMPRESARIAIS	307
20. Registo, regulação, supervisão e foro específicos da atividade comercial	279	23. Os contratos comerciais; aspetos gerais	307
		23.1. Contratos civis e contratos comerciais	308
		23.1.1. Aspetos comuns	308
		23.1.1.1. A autonomia privada; sentido e âmbito	308
		23.1.1.2. Boa fé. Culpa <i>in contrahendo</i> , aparência e tutela da confiança	310
		23.1.1.3. Contratos típicos e atípicos; nominados e inominados	310
		23.1.2. Negócios causais e abstratos	311
		23.1.3. Diferenciação entre contratos civis e comerciais relativamente a um mesmo tipo negocial; critério	311

23.1.4. Contratos puramente civis e contratos exclusivamente comerciais	312	25.3.2.3. Regime jurídico	340
23.2. Regras específicas e princípios subjacentes à contratação comercial	312	25.3.3. Contrato de comissão	341
23.2.1. Regime especial dos contratos comerciais	312	25.3.3.1. Noção	341
23.2.2. Normas especificamente aplicáveis às obrigações comerciais	313	25.3.3.2. Regime jurídico: aspetos específicos (forma, objeto, direitos e deveres dos contratantes)	342
23.2.2.1. Solidariedade passiva	313	25.3.4. Outras formas de representação comercial; <i>remissão</i> (contratos de distribuição)	343
23.2.2.2. Responsabilidade (na fiança) do fiador mercantil	314	25.4. Mediação	343
23.2.3. Juros comerciais	314	25.4.1. Noção	343
23.2.3.1. Regime legal	314	25.4.2. A intermediação financeira; <i>remissão</i>	343
23.2.3.2. Aplicação automática de juros aos pagamentos das transações comerciais	316	25.4.3. Mediação imobiliária	344
23.2.3.3. Obrigatoriedade de pagamento de juros de mora pelo Estado	317	25.4.4. Outros contratos de mediação	345
23.2.4. Prescrição	317	25.5. Contratos de distribuição	345
24. A contratação comercial	318	25.5.1. Agência	346
24.1. A contratação com recurso a cláusulas contratuais gerais; <i>remissão</i> . Confronto com os negócios rígidos	318	25.5.2. Concessão comercial	347
24.2. Contratação (normal e automática) à distância e comércio eletrónico	319	25.5.3. Licença de direitos privativos de propriedade industrial e contrato de transferência de tecnologia	348
24.2.1. Vendas à distância	320	25.5.3.1. Licenças de marca e de patente	348
24.2.2. Serviços financeiros à distância	322	25.5.3.2. <i>Merchandising</i>	349
24.2.3. Vendas automáticas (através de autómato)	323	25.5.3.3. Transferência de tecnologia e assistência técnica	349
24.2.3.1. Caracterização	323	25.5.4. <i>Franchising</i>	349
24.2.3.2. Autonomização	324	25.6. Contrato de transporte	350
24.2.4. O comércio eletrónico	326	25.6.1. Noção e enquadramento normativo	350
24.2.5. Contratação fora do estabelecimento comercial	327	25.6.2. Sujeitos	352
24.3. O equilíbrio (de prestações) na contratação; o caso dos contratos de <i>swap</i>	329	25.6.3. Os títulos de transporte e a forma do contrato	353
25. Tipos e espécies de contratos comerciais	333	25.7. Contrato de seguro	354
25.1. Contratos comerciais de organização	333	25.7.1. Enquadramento normativo: legislação e regimes jurídicos especiais	354
25.1.1. Associação em participação	334	25.7.2. Noção e elementos essenciais	356
25.1.2. Consórcio	335	25.7.3. As partes e outros sujeitos	356
25.2. Compra e venda comercial	337	25.7.4. Ramos e modalidades	358
25.2.1. Enquadramento normativo	337	25.8. Outros contratos comerciais	359
25.2.2. Noção	337	25.8.1. Contrato de publicidade	359
25.2.3. Regime jurídico	337	25.8.2. Contrato de patrocínio	359
25.3. Representação comercial	338	25.8.3. Locação comercial	360
25.3.1. A representação comercial: origem, significado e enquadramento normativo	338	26. Contratos bancários	362
25.3.2. O mandato comercial	339	26.1. Operações bancárias	362
25.3.2.1. Conceito e características	339	26.2. Relação contratual bancária	363
25.3.2.2. Categorias de mandatários	340	26.3. Relacionamento negocial típico	363
		26.3.1. Enquadramento	363
		26.3.2. Abertura de conta	366
		26.3.3. Depósito	368

26.3.4. Transferência	370	28.2.1. Caracterização	399
26.3.5. Cartão de débito	371	28.2.1.1. Conceito e requisitos da letra	399
26.3.6. Conta-corrente bancária	371	28.2.1.2. Letra em branco e pacto de preenchimento	400
26.4. Contratos bancários eventuais	374	28.2.2. Regime jurídico	401
26.4.1. Convenção de cheque	375	28.2.2.1. Saque	401
26.4.2. Abertura de crédito	378	28.2.2.2. Aceite	401
26.4.3. Cartão de crédito	379	28.2.2.3. Endosso	402
27. Os contratos instrumentais dos contratos comerciais: as garantias	380	28.2.2.4. Aval	403
27.1. Garantias clássicas	380	28.2.2.5. Vencimento	404
27.1.1. Espécies de garantias	380	28.2.2.6. Pagamento	405
27.1.2. Garantias pessoais	381	28.2.2.7. Protesto e direito de regresso	406
27.1.3. Hipoteca	384	28.3. Livrança	406
27.1.4. Penhor	384	28.4. Cheque	407
27.1.5. Penhor bancário	385	28.4.1. Conceito e caracterização do cheque enquanto título de crédito	408
27.2. Garantias financeiras	385	28.4.2. Quadro legal	409
27.2.1. Penhor financeiro	386	28.4.2.1. A Lei Uniforme de Genebra	409
27.2.2. Alienação fiduciária em garantia	386	28.4.2.2. Outros diplomas legais	410
27.3. Garantia bancária autónoma (à vista ou <i>on first demand</i>)	386	28.4.2.3. Avisos e Instruções do Banco de Portugal	410
27.4. As cartas de conforto	387	28.4.3. Traços gerais do regime jurídico	410
27.5. O direito de retenção	388	28.4.3.1. Requisitos do cheque	410
CAPÍTULO VI – INSTRUMENTOS COMERCIAIS	389	28.4.3.2. Emissão	411
28. Títulos de crédito	390	28.4.3.3. Transmissão	412
28.1. Títulos de crédito em geral	390	28.4.3.4. Aspectos característicos do regime jurídico do cheque (relativamente à letra)	413
28.1.1. Conceito de título de crédito	390	29. Valores mobiliários	416
28.1.1.1. Crédito, título e documento	390	29.1. Enquadramento; a desmaterialização dos títulos de crédito	416
28.1.1.2. Funções jurídico-económicas	391	29.1.1. Significado e justificação	416
28.1.1.3. Conceito de título de crédito adotado	391	29.1.2. Os valores mobiliários escriturais	419
28.1.2. Características dos títulos de crédito	392	29.1.2.1. As ações escriturais	419
28.1.2.1. Literalidade	392	29.1.2.2. A problemática da qualificação dos valores mobiliários como títulos de crédito	419
28.1.2.2. Autonomia e abstração	393	29.1.3. Direito positivo: o Código dos Valores Mobiliários	420
28.1.3. Pretensas características: incorporação, legitimação e transmissibilidade	395	29.2. Ações	421
28.1.3.1. Incorporação	395	29.2.1. Ação como participação social	421
28.1.3.2. Legitimação	395	29.2.2. Ação como documento (título); crítica	422
28.1.3.3. Transmissibilidade (circulabilidade)	396	29.2.3. Ação como fração do capital; crítica. As ações sem valor nominal	422
28.1.4. Espécies de títulos de créditos	397	29.2.4. O conceito de ação na atualidade	424
28.1.5. Os títulos impróprios	397	29.3. Obrigações	425
28.1.6. Os “títulos” quanto ao modo de circulação	398	30. Meios de pagamento	427
28.1.7. A relação entre o negócio cartular e o negócio subjacente	398		
28.2. Letra de câmbio	399		

30.1. Quadro	427
30.2. Numerário	428
30.3. Cheque	429
30.3.1. Enquadramento	429
30.3.2. Conceito e significado do cheque como meio de pagamento	430
30.4. Transferência (eletrônica) de fundos	432
30.4.1. Finalidade e evolução	432
30.4.2. Conceito e enquadramento	433
30.4.3. Operações	434
30.4.3.1. O recurso a "caixas automáticas"	434
30.4.3.2. Pagamento eletrônico	435
30.4.3.3. Pagamento por POS	436
30.4.3.4. Transferências (regulares) pré-autorizadas ou domiciliadas	437
30.4.3.5. Transferências por telecomunicações (<i>wire transfers</i>)	437
30.5. Cartões de pagamento	438
30.5.1. Enquadramento	438
30.5.2. Cartão de crédito	440
30.5.3. Cartão de débito	443
30.5.4. Cartão multifunções	445
30.5.5. Cartão pré-pago	446
30.6. Meios de pagamento internacionais	446
30.6.1. Enquadramento	446
30.6.2. Pagamentos diretos	447
30.6.3. Pagamentos por meios documentários emitidos por bancos	448
BIBLIOGRAFIA	449
I) OBRAS GERAIS (incluindo MANUAIS e LIÇÕES)	449
II) COMENTÁRIOS, DICIONÁRIOS E LEGISLAÇÃO ANOTADA	457
III) MONOGRAFIAS, ESTUDOS E ANOTAÇÕES	459
IV) ARTIGOS JURÍDICOS	475
ÍNDICE ANALÍTICO	477